

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – CAMPUS CODÓ**

JOELSON BRITO DA SILVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO DA PRÁTICA
DOCENTE**

CODÓ – MA

2022

JOELSON BRITO DA SIVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO DA PRÁTICA
DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Campus Codó), como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Joelson de Sousa Morais.

CODÓ – MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Brito da Silva, Joelson.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO DA
PRÁTICA DOCENTE / Joelson Brito da Silva. - 2022.

47 f.

Orientador(a): Joelson de Sousa Morais.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
UFMA, 2022.

1. Cotidiano Escolar. 2. Educação Sexual. 3. Gênero.
4. Práticas Docentes. I. de Sousa Morais, Joelson. II.
Título.

JOELSON BRITO DA SIVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO DA PRÁTICA
DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Maranhão – UFMA (Campus Codó), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joelson de Sousa Morais
Orientador
Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Campus Codó)

Prof^a. Dr^a Cristiane Dias Martins da Costa
1º Examinador(a)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Campus Codó)

Prof^a. Esp. Antonia Marcia Oliveira de Carvalho
2º Examinador(a)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Campus Codó)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu a vida e está sempre cuidando de mim, ouve as minhas orações e está trabalhando na minha vida e me dando forças para seguir em frente.

Ao meu orientador e professor Prof. Dr. Joelson de Sousa Morais que teve muita paciência e que soube me guiar e fazer encontrar o meu caminho, soube acolher o meu trabalho e me ajudar sempre que pode.

A minha mãe Rosineia Silva Lima, por nunca ter desistido de mim e sempre ter acreditado na realização do meu curso e me ajudou em tudo que pode para que eu não desistisse deste grande sonho.

Ao meu irmão Jordson Brito que ingressou junto comigo no curso, nos momentos de atividade em grupos que estivemos juntos, e a companhia diária.

A todos da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Codó, que permitiram que eu chegasse onde estou e meus amigos, Maria Hyannes, Kelly Cristina, Naiza, Francilene e Marcia Adriana que me ajudaram e me auxiliaram em questões que eu não soube resolver sozinho.

RESUMO

O presente estudo foi realizado na abordagem quanti e qualitativa tendo como objetivo analisar a importância e as contribuições na prática docente sobre o estudo de gênero. Participaram da pesquisa 05 professoras, atuantes no Ensino Fundamental II de uma escola da rede pública de ensino de Codó-MA, durante os anos de 2020 e 2021 no período da pandemia. Assim, a pesquisa foi feita remotamente, utilizando os instrumentos de pesquisa: diário de pesquisa e questionário do *Google Forms* contendo 10 (dez) perguntas abertas e fechadas, que foram compartilhadas online, enviadas por links, no e-mail e pelo WhatsApp dos participantes que aceitaram fazer parte da pesquisa. Os principais autores que fundamentaram o trabalho foram: Louro (1997) Scott (1995) Faleiros (2007) Freire (2009) Paiva (2021) entre outros. Em relação aos resultados do estudo, podemos ressaltar que os aprendizados e conhecimentos construídos a partir do desenvolvimento do presente trabalho é a importância de saber respeitar e entender que, todos são iguais no social, e que discriminação é crime, além refletir sobre que ainda existe nos tempos atuais pessoas que ainda não entendem o significado de Diversidade de Gênero, e por isso, ainda existe muita violência, preconceito e perseguição com pessoas diferentes que não seguem um padrão social determinado pela sociedade. Além do mais as contribuições do estudo podem ser levadas à escola são a exploração da diversidade para todos, falar no desenvolvimento do respeito as diferenças desde cedo, esclarecer conceitos de gênero e abrir rodas de conversas na sala de aula, ações que abrem espaço para um bom convívio entre as diferenças.

Palavras-chave: Gênero. Educação Sexual. Cotidiano Escolar. Prática Docente.

ABSTRACT

The present study was carried out in a quantitative and qualitative approach, aiming to analyze the importance and contributions in teaching practice on the study of gender. 05 teachers participated in the research, working in Elementary School II of a public school in Codó-MA, during the years 2020 and 2021 during the pandemic period. Thus, the research was carried out remotely, using the research instruments: research diary and Google Forms questionnaire containing 10 (ten) open and closed questions, which were shared online, sent by links, in the participants' email and WhatsApp. who agreed to take part in the research. The main authors that supported the work were: Louro (1997) Scott (1995) Faleiros (2007) Freire (2009) Paiva (2021) among others. Regarding the results of the study, we can emphasize that the learning and knowledge built from the development of this work is the importance of knowing how to respect and understand that everyone is equal in society, and that discrimination is a crime, in addition to reflecting on what still exists. in current times people who still do not understand the meaning of Gender Diversity, and therefore, there is still a lot of violence, prejudice and persecution with different people who do not follow a social pattern determined by society. In addition, the contributions of the study can be taken to school is the exploration of diversity for everyone, talking about the development of respect for differences from an early age, clarifying gender concepts and opening conversations in the classroom, opens space for a good coexistence between the differences.

Keywords: Gender. Sex Education. School Daily Life. Teaching Practice.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	DEBATER SOBRE GÊNERO É FALAR SOBRE IGUALDADE DE DIREITOS.....	11
2.1	Conceito e classificação de gênero.....	16
2.2	Gênero e a antropologia.....	19
2.3	A importância de uma formação na área de gênero.....	22
2.4	Violência de gênero no ambiente social.....	25
2.5	Práticas docentes para se trabalhar questões de gênero na sala de aula.....	27
2.6	Construção segura na identidade da diversidade de gênero na sociedade.....	29
3	DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO.....	32
4	ANÁLISES DE DADOS.....	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICES.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	37
2. PRESENÇA DE ATOS PRECONCEITUOSOS EM SALA DE AULA	38
3. FORMAÇÃO CONTÍNUA NA ÁREA DE GÊNERO	40

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre gênero, nos proporciona estabelecer uma visão ampla, onde os conceitos dessa identidade pessoal, gera contextualização em âmbitos sociais, já que, os temas a serem abordados são intensos, tendo em vista o enfrentamento ao racismo, homofobia, sexíssimo, machismo, entre outros. Gênero é a identidade com qual as pessoas se identificam, independentemente, do sexo.

Dessa forma, o tema *Relações De Gênero Na Escola: Uma Investigação da Prática docente*, surge da constatação de que atualmente vemos inúmeras formas de diferenciação, causadas por discriminações e preconceitos, incluindo preconceitos culturais, políticos e sociais. O ser humano possui comportamentos variados e a escola pode ser um espaço de aprendizagem para conviver com a diversidade, que marca a vida em sociedade.

Encontramos uma delimitação conceitual do gênero, contextualizada não exclusivamente pela sexualidade e, também não é sobre a orientação sexual. O que identificamos é a capacidade da identificação do conceito como um constructo social e histórico (SCOTT, 1995), trazer essa discussão no âmbito da escola e das diferenças vividas no espaço escolar é promover lugares de respeito com a diferença para que assim possamos perceber a visão estrita que existe na heterossexualidade compulsória (RICH, 2010)

É sobre igualdade de gênero que aponta em uma compreensão mais ampla sobre os direitos humanos a ser abordada nessa pesquisa. Para evitar a violação de direitos por questões vinculadas as desigualdades entre homens e mulheres em nossa sociedade. Do que é para as meninas e do que é para os meninos, distinções que encontramos em diversas práticas escolares, como por exemplo: na separação dos esportes, no dia a dia das atividades escolares, dentre outros momentos de socialização no ambiente escolar. Na educação física, geralmente, apenas garotos jogam enquanto meninas tem que escolher esportes mais frágeis ou às vezes nem são notadas em quadra. Isso é, na escola, essas questões passam despercebidas, mas existem.

Ou seja, o campo educacional ainda é muito separado, com a decisão do lugar do homem e da mulher, onde se delimita que a mulher responde ao estereótipo submisso ao homem.

A pesquisa objetiva analisar a importância e as contribuições na prática docente sobre o estudo de gênero, tendo em vista os objetivos específicos que são: identificar o conhecimento prévio dos docentes sobre a temática, o estudo de gênero estabelecendo reflexões com a escola.

Partindo desse ponto, o presente trabalho está dividido em seções tendo como o primeiro debater sobre gênero é falar sobre igualdade de direitos, onde é possível conceituar a construção das identidades, mostrando o que é certo e o que é errado, que o respeito vem em liderança sobre qualquer situação, na convivência dos demais durante toda sua vida. Trabalhando dentro destas seções o Conceito e classificação de gênero, gênero e a antropologia, a importância de uma formação na área de gênero, violência de gênero no ambiente social práticas docentes para se trabalhar questões de gênero na sala de aula, construção segura na identidade da diversidade de gênero na sociedade.

Na segunda seção será feita a metodologia da pesquisa sob bibliografias feitas durante todos os anos de 2019, 2020 e 2021. Em seguida, pesquisa de campo na Escola A U. I. M. Senador Alexandre Costa, realizado remotamente, feito questionário de investigação utilizado perguntas subjetivas e objetivas cunho qualitativa e quantitativa, através do *Google Forms* (via online, enviadas por links, e-mail e *WhatsApp*), e outros meios de comunicações nas redes sociais.

2 DEBATER SOBRE GÊNERO É FALAR SOBRE IGUALDADE DE DIREITOS

Inicialmente, a Sociologia da Infância buscou compreender as condições da escolarização - articulando, por exemplo, a sociabilidade juvenil e a socialização escolar - e reexaminar a relação escola-família. Colocar a criança no centro da análise levou a um redirecionamento desse ponto de vista. Isso significava considerar as crianças não apenas como seres do futuro, mas também como seres atuais, que interagem com pessoas e instituições, que criam um espaço no mundo ao seu redor, que reagem aos adultos, negociam e redefinem a realidade social.

Faleiros (2007, p. 61) distingue essa possibilidade como:

A extensa bibliografia sobre violência de gênero está centrada na dominação masculina sobre as mulheres. Apesar de sabermos que esta é a violência mais frequente, tal centralidade é limitativa, pois desconsidera a diversidade das formas de expressão sexual (gênero e sexualidade) existentes na natureza, nas sociedades e no mercado do sexo (FALEIROS, 2007, p. 61).

Por tanto, quando se tratar de gênero, a escola não deve reforçar preconceitos que são naturalizados diante da sociedade. Pois a criança cresce com uma ideia prejudicial, como, o homem cresce sem querer realizar trabalhos domésticos por ouvir que é coisa de mulher ou uma mulher não querer trocar um pneu, porque é coisa de homem. “Nas sociedades historicamente machistas, homofóbicas e religiosas, como a brasileira, a diversidade de gênero e de opções sexuais é negada e rejeitada” (FALEIROS, 2007, p. 61).

Segundo Henriques et al. (2007, p. 12): “As preocupações em torno das sexualidades, das homossexualidades e das identidades e expressões de gênero também não são novas no espaço escolar”. Mas ainda existem tabus, para que estes assuntos sejam abordados em sala de aula, poucas vezes em disciplinas como ciências naturais, de forma bem passageira é colocado em pequenas páginas, questões de gêneros, explicando o homem e a mulher.

Henrique et al. (2007, p. 11) ressaltam que: “Na agenda política em geral e na educacional em particular, a inclusão de tais temáticas, a partir desse ponto de vista,

é algo ainda em fase inicial de construção”. Tendo em vista, a dificuldade de se falar sobre essas questões em sala de aula.

O autor Rasera (2019) nos relata:

A construção social do conceito da sexualidade e do gênero no âmbito da educação infantil perpassa as relações que as crianças estabelecem com o contexto ao redor delas; os diferentes sentidos atribuídos por adultos e crianças ao cotidiano vivido na escola; e, sobretudo, à constatação de que o conceito de gênero é construído por meio de uma composição elaborada que possui características específicas (RASERA, 2019, p. 6).

O processo de educação social passa a ser denominado, seguindo padrões predominantes a visão do adulto a ser aceito na sociedade, onde a visão da criança e do adolescente passa a ser precoce sobre determinados assuntos sobre a sua identidade de gênero, meninos com vergonha do uso da cor rosa, meninas com vergonha de jogar bola, tudo aquilo que desde cedo é colocado como o seu termo a ser seguido e se não for obedecido, gera estranhamento aos demais. “A identidade e a diferença não constituem uma essência. A identidade não é imóvel, nem tampouco é uma verdade fornecida pela natureza ou pela cultura” (SILVA, 2000, p. 97).

A busca por uma nova visão desde o início do processo de aprendizagem da criança, abordando estes assuntos em que essas visões de padrões estabelecidos por uma sociedade machista e preconceituosa mudaria aos poucos, construindo uma nova educação sobre estes temas que pudesse se tornar adquiridos em sala de aula de modo disciplinar e transversal ao domínio das disciplinas. Onde a importância de mostrar que todos podem se sentir bem do jeito que quiser, seja na sua fala, jeito, vestimentas, brincar e em suas escolhas.

Portanto é possível conceituar a construção das identidades, mostrando o que é certo e o que é errado, que o respeito vem em liderança sobre qualquer situação, na convivência dos demais durante toda sua vida, tornando assim, pessoas experientes nessas questões, sem adquirir ou seguir atos preconceituosos e falas ofensivas, tanto como criança como já adulta, sendo uma garantia do futuro. Os estilos visuais sendo motivos de piadas, como cortes de cabelos diferenciados em mulheres, os quais são determinados por padrões hegemônicos, tais como: mulheres com cabelos longos e homens com cabelos curtos, essas questões que vai do simples ao composto, vai de pequenos gestos a grandes agressões.

“A escola também pode ser um espaço privilegiado para desconstruir naturalizações, visto que a ação pedagógica se dá pela linguagem” (FERRARI, 2003, p. 97). Ou seja, uma argumentação de normalização sobre algumas situações, que a heterossexualidade não é uma norma, cor não delimita o caráter, a religião do outro não é motivo de piada e que independentemente do olhar da criança para o mais velho, como um professor, um tio, uma pessoa do ambiente em si, seja rotulada, por sua maneira de falar, vestir, andar entre essas questões. Que isso seja levado para a sala de aula, como o normal, que cada um tem sua forma de agir, vestir e se sentir bem de sua maneira, é claro, não educar a criança a fazer o mesmo, a seguir essa diferenciação, mas sim o que cada pessoa escolher deva ser respeitado, seja na idade que for.

Tendo como pano de fundo essas determinações, pensamos a escola como uma das instituições sociais fundamentais no processo de construção do gênero e da sexualidade, quer seja pela própria tarefa pedagógica que a motiva, como por ser um espaço de convivência importante onde as crianças desenvolvem uma variedade de papéis sociais (RASERA, 2019, p. 10).

Cada vez mais as diferenças e as questões de diversidade de gêneros estão sendo colocadas como desafio cotidiano para as escolas e para os professores do Ensino Fundamental II. E isso se dá através da cultura comunitária e suas novas linguagens, através das novas composições familiares, das novas representações sociais, das próprias crianças e suas sensibilidades, e através dos livros infantis (PORTO; GRAZIOLI, 2017).

Isso é, por mais que seja ao máximo censurado no ambiente educacional, sempre haverá diversidade em qualquer ambiente que seja, e isso de alguma maneira será levado em pauta pelos alunos, pela vivência que existe dentro de uma sociedade cultural, onde adultos levam suas culturas para onde vão, em determinadas situações. Assim na maneira de agir, falar, se comportar diante de qualquer situação, assim será dada ao professor oportunidades de levantar indagações sobre aceitação, identidade, valorização de diferenças e vários outros levantamentos importantes que são relevantes, fundamentais, relacionados ao respeito para a sala de aula, dentro da dúvida solicitada por alguma criança, partilhando assim com a turma inteira.

Porto e Grazioli (2017, p. 35), ressaltam:

A diversidade de gênero está inserida no contexto familiar, cultural, social e por isso aparecerá em diversos elementos cotidianos das experiências vivenciadas pelas crianças desde muito pequenas, através das brincadeiras, dos jogos, das linguagens; e toda esta estrutura, este corpo cultural não seguirá uma ordem sexista e binária que vai colocar de um lado o significado e de outro o significante (PORTO; GRAZIOLI, 2017, p. 35).

A criança estará em grupos, isso é muito importante, em que na presença de jovens e adultos, os assuntos a serem discutidos no ambiente sejam proveitosos para a educação, e que não haja nenhum tipo de comentários negativos a alguém que esteja passando na rua ou até mesmo ofender na brincadeira alguém na roda de conversa, isso gera risos e a criança desperta nela o interesse de tirar risos em alguém, pois viu que todos no grupo de jovens ou adultos fazem o mesmo.

Por mais que seja errado, ela vai querer fazer igual, pois ao ver da criança, tudo aquilo é normal, assim levamos em consideração que a criança se espelha em algum adulto. Segundo Finco (2003, p. 92): “As pesquisas sobre gênero e educação mostram que as instituições escolares, através de regimentos, organização dos espaços da distribuição do tempo, constituem importantes espaços para a formação de criança e jovens”.

Desse modo, Faleiros (2007, p. 61) ressalta que “Torna-se cada vez mais evidente que as diferentes formas da violência de gênero têm como substrato a sexualidade e o trabalho, os quais, por sua vez, definem articulada e socialmente os lugares e o poder dos homens e das mulheres”. Cabe ao adulto com formação concreta de gênero abordar sobre essa temática a criança para que não pense dessa maneira machista e ideológica.

No espaço escolar, por exemplo, reproduzir na fala resultados como a criança se tornará futuramente, seja na sala de aula, ou em casa, as orientações contribuem bastante, tendo em vista, a criança não ter a ideia do seu gênero formado, o que nos implica a perceber que gênero não é uma questão natural e sim algo social, então naturalmente a menina é vista como mais frágil e o menino mais ativo, isso vai gerando um estereotípico na criança.

O enriquecedor de proporcionar ao longo da infância essa visão, é a formação da criança como pessoa, e que essas falsas ilusões de construções sociais são erradas, o certo seria, que todos se comportassem da mesma maneira e que todas diferenças são válidas a serem aceitas.

Faleiros (2007, p.63) levanta questões historicamente atuais como:

Ao gênero feminino, cabem as funções ligadas à reprodução da força de trabalho – procriar, alimentar, lavar, socializar, cuidar, proteger – em nível privado. Mesmo no mercado de trabalho, às mulheres são destinados, prioritariamente, os espaços de reprodução e cuidado: domésticas, lavadeiras, faxineiras, crecheiras, professoras, enfermeiras, assistentes sociais. Ao gênero masculino, cabem os lugares de produção, direção e mando: operários, chefes, executivos, planejadores, banqueiros, engenheiros, políticos.

Reforçando essas questões em sala de aula, por exemplo, o professor pode deixar a criança ser livre para usar qualquer tipo de brinquedos e brincar com quaisquer jogos que lhe agrade, e ter o cuidado de não haver o constrangimento ou o preconceito de fato, se uma menina quiser jogar uma bola, a criança terá ótimas visões futuristas do termo igualdade.

Em suma, a função da escola é tirar dúvidas das crianças, tentar fazê-las refletir sobre questões que a família não tem preparo para explicar, porém tem muita coisa imposta feita pela sociedade, como a decisão de menino azul e menina rosa. Afinal, ser menino e menina não deveria se restringir às características que são colocadas como cultura, como o garoto bravo e a garota frágil. “Numa sociedade patriarcal, autocêntrica, machista, autoritária e desigual como a brasileira, existe ainda muita resistência ao fato de que todos os cidadãos devem ter direitos iguais – e mesmo que têm direitos” (FALEIROS, 2007, p.64).

E a partir desses conceitos naturalizados, as crianças começam a ter medo de se impor diante de algo que elas mesmas têm interesse de conhecer, o medo de brincar de futebol ou brincar de boneca. E por que não um menino pode brincar de boneca e se tornar um bom pai, que divide os deveres de casa e trata a esposa sem violência? Por que não ser vista desta forma? Souza (2021, p.6) contribui em sua pesquisa:

As cores das embalagens de brinquedos se dirigem a um público-alvo bem definido, ao projetar modelos de menino ou menina, bonecas-bebês (branca e negra) com compleições femininas e boneca com compleições de adolescente. Nesse sentido, existe uma vertente cromática na formação dos papéis de gênero cujas cores são emblemáticas para representar o feminino e masculino.

O que se esperar? Uma distinção de uma criança do sexo feminino uma nova dona de casa? Um rapaz na vida adulta um futuro mecânico? A representatividade em brinquedos rosas, de cores mais claras, abrange a reflexão que a sociedade em si impõe desde a infância, a menina frágil destinada a serviços inferiores a representatividade de cores mais fortes, em vista, ferramentas, caminhões e super-heróis. “As mensagens veiculadas nas embalagens de brinquedos infantis também reforçam papéis de gênero, mostrando que o escorredor de louças será um sucesso entre o público feminino e que todas as meninas brincam de cozinhar” (SOUZA, 2021, p. 9).

Souza (2021, p. 10), ainda destaca sobre estereótipos do brincar que:

O brincar é uma atividade que favorece o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, as pistas de gênero nas embalagens dos brinquedos têm impacto nas percepções da criança e em seus comportamentos futuros. A escolha das cores pelo produtor do brinquedo não é destituída de intencionalidade e já está determinada desde antes do nascimento da criança para constituir uma socialização de gênero idealizada pelos pais.

Esse desenvolvimento de fato, que reforça o enfoque de uma desigualdade de gênero, a identificação do brinquedo ainda é identificada a identidade de gênero ainda que seja contra a vontade de quem se impõe diante dessa naturalização de separação de que meninos e meninas não podem brincar juntos, ou ter uma concretização sobre quais brinquedos a criança deva usar.

2.1 Conceito e classificação de gênero

O conceito de gênero dos estudos destinados nessa pesquisa remete a organização social da relação dos sexos feminino e masculino. Referindo-se aquilo que está definido ao longo da sociedade distingue como papel de comportamento ao sexo biológico.

Em tese, Louro (1997, p. 5) ressalta essa distinção como:

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível.

Algo que normalmente se tornou comum no papel destinado a homens e mulheres, propriamente a suas características sexuais pela representatividade histórica dada pela sociedade.

Louro (1997, p. 6) ainda contribui:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico.

A reflexão indaga a importância dessa ressalva em falar sobre gênero e essa diferença historicamente social em ajudar as crianças a aceitarem o lugar e o comportamento do outro e entender que acima de tudo tem que haver o respeito. “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (LOURO, 1997, p.6).

Torna-se cada vez mais evidente que as diferentes formas da violência de gênero têm como substrato a sexualidade e o trabalho, os quais, por sua vez, definem articulada e socialmente os lugares e o poder dos homens e das mulheres (FALEIROS, 2007, p. 62).

Com essas discussões em ativas, a abordagem em que não é natural a agressão contra qualquer que seja a distinção de gênero na sociedade, novos cidadãos não surgem, ou pelo menos o machismo, homofobia e preconceito de gênero diminuirá.

O uso e abuso do poder patriarcal são exercidos duramente, por intermédio das mais variadas formas de violência, principalmente sobre as mulheres adultas que se desviam dos territórios (lugares, espaços, papéis, poderes) estruturados por esse poder (FALEIROS, 2007, p. 62).

Diante dessas questões socialmente históricas, Faleiros (2007, p. 65) escreve:

Como o gênero feminino é considerado inferior e subalterno, os homens que assumem o “gênero não-masculino” – transexuais, travestis, homossexuais – tornam-se “objetos” de dominação e de punição violenta (psicológica, social e física); são marginalizados de certas profissões e de postos de decisão ou mesmo eliminados fisicamente.

Comportamentos estes que, se saem do lugar em que são destinados pela sociedade, onde se tem punição pela própria humanidade, que não teve uma formação voltada para a importância de gênero. “Gênero não apenas é constitutivo de outras relações sociais (como as de classe e raça), mas ele próprio se constitui em uma relação social” (MARCONDES, 2021, p.6).

Gênero no senso comum, desrespeita as ações em que as pessoas hajam diante do que não é articulado pela cultura, e a orientação por exemplo, se não for pela atração pelo sexo oposto, já é motivo de afronta no social. “Embora o conceito de gênero inclua aspectos da sexualidade, é importante destacar que são conceitos distintos” (PAIVA et al., 2021, p. 7). Ou seja, essa identidade de gênero é como o que a pessoa pensa de si mesmo e do que é capaz de fazer e alcançar, seja no trabalho, ambiente social, entre outros, sem medo dos estereótipos postos no senso comum.

De acordo com Bozon (2004, p.14): a sexualidade compreende atos, relacionamentos e significados construídos socialmente nos variados contextos culturais. Com isso, a necessidade do ser humano agir pela sua sexualidade do seu corpo biológico, vai mais além da sexualidade de seus corpos físicos, necessitam aprender como agir, dados como anormais.

Paiva et al. (2021, p. 7) diante de suas contribuições, cita:

O que estivesse em desacordo ou em excesso receberia o status de anormal e deveria sofrer as sanções, como no caso das práticas eróticas de crianças, mulheres, homossexuais, ou sexo fora do casamento. O discurso sobre o sexo determinaria a verdade sobre os indivíduos e a separação entre os que constituem algum tipo de perigo para a sociedade, que precisariam ser vigiados, castigados ou disciplinados.

Todos têm direitos de viver suas identidades sociais, isso tem que ser levado em virtude sempre, independentemente de sexo ou orientação sexual. Vale ressaltar também que no Brasil 2009, no governo Dilma Rousseuff, houve questões de gênero levado concordância a serem discutidas em sala de aula, porém, interferido e vetado em 2011. Em que popularmente era chamado de *Kit gay*, percebe-se o quanto temos uma sociedade preconceituosa, sem estudos a entender a distinção de gênero.

No contexto escolar, o veto sobre essas temáticas é nítido, segundo Paiva et al. (2021, p. 8) “Pode-se citar como exemplos: o veto; a omissão do termo nos currículos; o uso de sinônimos e a permanência do binarismo masculino/feminino,

excluindo outras manifestações de gênero; e as fortes contradições no contexto escolar”.

Ainda é um desafio muito grande falar sobre gênero em sala de aula, tendo em vista também a falta de conhecimentos dos profissionais, sobretudo em saberem a diferença de gênero e sexualidade, por motivos construídos obviamente pela cultura social, religiosidade e o machismo. “No que diz respeito às tensões e disputas entre o Estado e os movimentos sociais (feminista, LGBT, negro), é nítido o estabelecimento de relações conflituosas com interesses opostos” (PAIVA et al., 2021, p.9).

A falta de preparo dos profissionais da educação reduz bastante para o estudo dessa formação, tendo em vista que, limitam e a responsabilidade de trabalhar o tema é visto somente em alguns livros didáticos de ciências, apenas ressaltando a sexualidade e não aprofundando conceitos de gênero, onde se deixa muito a desejar, já que, a escola é um dos principais lugares onde as crianças socializam umas com as outras.

2.2 Gênero e a antropologia

Na antropologia, aspectos sociais estão restritos a aspectos biológicos, ou seja, a maior importância de gênero é o macho e fêmea. O sexo biológico é definido de suas genitálias, nasceu homem é macho, nasceu mulher é fêmea. A construção antropológica consta na orientação pela diversidade cultural.

Machado (2014, p.3) diz que: “Antes do feminismo dos anos setenta, a diferença de gênero era a diferença de sexo posta no biológico; era a diferença percebida como inferioridade do sexo feminino ou como complementaridade dos sexos na divisão sexual do trabalho”.

De Jesus (2012, p. 8) enfatiza essas teorias em:

Além disso, a sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Porém, a construção da nossa identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social.

A relação de diferença entre homens e mulheres na antropologia é viável a dominação masculina em vários aspectos, presentes nos sistemas de épocas políticas, e essa situação ainda está presente nos dias de hoje, havendo

constrangimento em diversos gêneros que não se encaixa no padrão. “As tensões entre o que é considerado construído e o que é percebido como herdado tomam caminhos inusitados nas maneiras como os atores sociais se movem e negociam suas percepções sobre a realidade” (ALVES, 2021, p.17).

Segundo Alves (2021, p.18):

Diante das inovações no campo da reprodução, das pesquisas genéticas, emergem outras maneiras de implodir e reconstruir as fronteiras entre o natural e o social, gerando efeitos nas relações sociais e, conseqüentemente, na própria teoria antropológica.

Os principais destaques para essas colocações é a quebra de tabus, ao afronte a heterossexualidade, meninos e meninas agindo o contrário de suas sexualidades.

Alves (2021, p. 17) cita:

No entanto, as maneiras como as configurações do parentesco na sociedade ocidental se modificaram trouxeram à baila uma série de novos elementos que desafiaram nossa imaginação sobre os limites entre natureza e cultura, sobre a validade universal desses limites e também sobre o estatuto das relações entre os gêneros.

Nesse termo, gênero enfatiza a caracterização cultural as diferenças do homem e da mulher, do que se é construído no social. “Nessa conjuntura, o lugar do gênero também é afetado, o que traz novamente conseqüências para a forma como a antropologia pode vir a contribuir nesse cenário contemporâneo das teorizações sobre gênero” (ALVES, 2021, p. 18).

As explicações, a dominação masculina, especificam direitos maiores apenas a si, e o comportamento mais apontado para estas questões é o senso comum. “No conflito doméstico, homens e mulheres são protagonistas de uma disputa para maior poder, enquanto que no âmbito público as mulheres são deixadas de lado nos momentos de decisões importantes” (SACCHI, 1999, p. 68).

Por isso, a necessidade de uma ressignificação da sociedade, na luta por uma igualdade social, implícita que todos devem ser privilegiados de maneira igual, sem restrição de gênero. “De acordo com esta interpretação, a organização social do prestígio é o domínio da estrutura social que afeta diretamente as noções culturais de gênero e sexualidade” (SACCHI, 1999, p. 46).

No senso comum, essas diferenças sobre gênero são interpretadas como forma natural e não social, o corpo é o que vale e se diz o que de fato o seu valor como cidadão geneticamente.

Sobretudo, Alves (2021, p.22) leva a questão da importância de falar sobre gênero em tese:

Creio ser importante insistir no uso do conceito de gênero. Primeiro porque é um conceito que nos permite acesso a uma visão dinâmica das relações sociais. Toda a literatura especializada em ciências humanas nos permite ver isso e inclui tanto abordagens sociológicas de viés materialista como as abordagens antropológicas, todas referidas ao longo desta conferência. Em segundo lugar, por razões políticas. A noção de que gênero é ideológico (ideológico no sentido de mistificação) se espalhou pelo senso comum, gerando todo tipo de ataques aos direitos de cidadania.

Ou seja, uma ratificação aos direitos iguais a cidadania, com base no que se derivam os comportamentos distintos entre homens, mulheres, gays, lésbica, transexuais, intersexuais, assim indo contra o senso comum e indo a favor da democracia e valores do cidadão agem de sentido negativo, em teoria de significados em decorrência a cultura e a naturalização dos corpos.

Segundo Corrêa (1995, p. 13):

Se a principal característica do mundo no qual vivemos hoje é a fragmentação das identidades e, portanto, a busca por um substrato que lhes dê unidade está de antemão condenada ao fracasso, onde ancorar lutas afins? Porque é de lutas que se trata quando se trata de afirmar uma identidade.

Gontijo e Erick. (2015, p. 10) em tese:

Embora historicamente as Ciências Humanas e, em particular, as Ciências Sociais e a Antropologia, venham deixando de lado esses aspectos da vida social no meio rural e interiorano ou em situações etnicamente diferenciadas problematizadas aqui, percebe-se que, também historicamente, outros campos de produção de saberes e conhecimentos, como a literatura brasileira consagrada ou as artes plásticas celebradas, estão repletos de referências (muitas vezes explícitas) à sexualidade do camponês ou do homem que vive no campo, do indígena ou do africano do interior do país, do caboclo e do ribeirinho amazônico e do interiorano em geral.

Uma reflexão histórica, onde há em vista, uma classificação distinta na sociedade, onde esses padrões de comportamentos distintos atribuem críticas pela caracterização de sua vertente dentro de seus conceitos de gênero.

2.3 A importância de uma formação na área de gênero

O aprofundamento de desvelar a desigualdade social e a ressignificação aos padrões socioculturais é relevante para a atualidade. A desnecessidade em que se é atribuído ao homem e a mulher passa a gerar uma construção ideológica em que não há inclusão aos que não permeiam a estas demandas.

A análise sobre discutir essas questões possibilita uma compreensão social aos valores humanos e aos direitos também, e a relevância em que esses critérios abordados em sala de aula, não ficam apenas no campo educacional, mas sim em repercussão fora da escola. Estabelecendo que está esta realidade existente na atualidade, e esses debates de certa forma organiza papéis sociais.

Segundo Félix (2015, p. 226): “Os processos de generificação e as pedagogias de gênero agem, muitas vezes, de modo sutil, como se fossem processos “naturais” e isso vai sendo reproduzido pelas escolas e pelos cursos de formação docente”. Deste modo, o espaço escolar deixa de lado essas questões por não conhecerem o bastante ou nada e a escola não ter suporte para o reforço sobre determinadas questões relevantes a gênero.

Podemos dizer que o primeiro movimento institucional do governo brasileiro para abordar questões de gênero e sexualidade nas escolas “foi a publicação, em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental, e, dois anos depois, os Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio” (FÉLIX 2015 apud UNESCO, 2013, p.07).

Onde há em vista, uma necessidade à prevenção dos conflitos sociais, para que ocorra de fato uma vida segura dentro da sociedade, e a responsabilidade de respeitar grupos sociais de forma segura e prática, já que, em vista, o desrespeito gera consequências como a homofobia, racismo etc.

Ninguém deve ser discriminado por questão de gênero, todos tem o mesmo direito e devem ser tratados da mesma forma, diante disso, de acordo com o Plano Nacional de Educação, Reis (2017, p. 17) em tese aborda que:

No debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e sub-seqüentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de

Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher, reiterando os posicionamentos de autores como Scala, afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero.

Então, a importância de levar estudos estes, o professor pode selecionar textos, vídeos e filmes didáticos onde aborde sobre essas temáticas, onde em vista, a importância do respeitar esteja sempre em primeiro lugar. Diálogos também devem ser levados em pautas, onde o professor se torna o mediador saindo até mesmo do tradicional e adquirindo novas metodologias. Abordar sobre vivências dos alunos no coletivo também é outra metodologia que pode ser levada em consideração.

Félix (2015, p.225) cita:

O argumento que sustentou a exclusão das questões de gênero do texto final do Plano Nacional de Educação foi o fato de que estaríamos vivenciando uma suposta “ideologia de gênero”. O uso de “ideologia de gênero” é equivocado, especialmente porque não condiz com o modo como os conceitos de gênero e sexualidade são utilizados no âmbito dos estudos de gênero e feministas. Como se explicitou no início deste texto, gênero é um elemento organizador da sociedade e cultura e, nessa direção, a abordagem das questões de gênero nas escolas é fundamental tanto para promover uma cultura de respeito às diferenças e aos direitos humanos, quanto para fomentar uma pedagogia que ensine, entre outras coisas, que as diferenças de sexo não podem ser materializadas em desigualdades de direitos e de acesso.

Por isso a necessidade do trabalho a igualdade social dentro do campo educacional, na busca por expressão de liberdade e avanços em lugares privilegiados.

Essa discussão possibilita a naturalização de uma igualdade de direitos de fato entre homens e mulheres, portanto, não é sobre a desconstrução da sexualidade em si, mas sim uma construção civilizada e diminuição da violência e ódio entre pessoas de uma mesma sociedade com gêneros distintos.

Segundo Rossi et al. (2012, p.11):

Esse posicionamento aponta para a necessidade da reflexão sobre a complexa diversidade de grupos presentes no cotidiano (escolar e também social) e a não restrição de abordagem do tema as suas características biológicas, muitas vezes equivocadas.

Portanto, essa diversidade na identificação de gênero, tem que ir além do que já se é restrito na escola, pois falar sobre estas temáticas no ambiente educacional, precisam ser compreendidas e aceitas, já que faz parte da vida cotidiana, seja em ambiente escolar, familiar ou públicos.

Segundo Freire et al. (2009, p. 13):

Trabalhar simultaneamente a problemática de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais, ou seja, abordar em conjunto a misoginia, a homofobia e o racismo não é apenas uma proposta absolutamente ousada, mas oportuna e necessária. No Brasil, o estudo destes três temas e dos correlativos processos de discriminação social deu origem a campos disciplinares distintos (quem estuda uma coisa não estuda outra), a diferentes arenas de atuação de ativistas (cujo diálogo entre si nem sempre é fácil) e, finalmente, a políticas públicas específicas.

Essas ações educacionais se tornam transformações de mentalidade nas mudanças ao papel do cidadão e refletem uma visão coletiva estruturante na superação da prática de violência e, até mesmo contribui a favor da igualdade do próximo. As ideias também de uma formação na área de gênero atribuem aspectos de valorização a sociedade, motivando também, a contribuição em relação de gênero, dando iniciativa que fortaleçam um campo educacional não preconceituoso.

Por mais que seja um desafio enorme trabalhar essas temáticas, o essencial tem que ser abordado, já que, a sociedade está ligada a uma democracia e um mundo melhor, por isso, cada um tem sua maneira de expressão. É importante também que a partir dos conhecimentos na área de gênero, o professor chame a atenção dos alunos que menos sabem sobre o assunto.

Freire et al. (2009, p.10) ainda cita:

A partir desta e de outras iniciativas, esperamos que professoras, professores e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito a garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira.

Nesse caso, a escola e os professores devem respeitar a diversidade e ensinar o respeito em formas pedagógicas, já que professores estão destinados à educação, educa-las a respeitar suas reflexões ao preconceito não será problema.

É notório que a relação de gênero está muito presente nos elementos cotidiano, em vista, professores pedem mais submissões a meninas, como o fato de falar baixo ou serem mais delicadas, algo que passa despercebido e é naturalizado, outro fator importante a ser pautado é a maneira em que muitos meninos são repreendidos ao se identificarem melhor brincando com meninas.

A falta dessa formação está notória na sala de aula de muitos professores, que não abordam estas temáticas por medo ou por falta de conhecimento, mas será que se, usufruírem o máximo de informações possíveis a estas questões, ainda existiram o medo de abordar sobre isso? Diante disso, Freire et al. (2009, p. 95) diante dessas reflexões escreve:

É comum que os estudantes (rapazes e meninos) sejam aqueles que marcadamente apresentam “problemas de disciplina”. Os modos de construção social do masculino, assim como as ideias sobre o que esperar de um menino, geralmente contêm dados que associam os meninos à imagem de “bagunceiros” ou “ameaçadores da ordem”. A socialização a que são sujeitos os meninos conduz a uma maior disposição em exteriorizar a recusa à autoridade do professor e da professora, contestando-a. Homens e meninos teriam, assim, por um conjunto de fatores socioculturais, uma maior tendência a desafiar figuras de autoridade porque, de vários modos, este é um comportamento socialmente legitimado, e até mesmo esperado, dos indivíduos do sexo masculino.

Então ao trabalhar essas questões, o professor oferece uma visão diferente em que aluno e aluna tinham de seus papéis sociais, masculino ou feminino, formando a partir de valores sobre a diversidade, oferecendo convívio digno e livre dentro da sociedade.

2.4 Violência de gênero no ambiente social

Um dos maiores resultados em questão para quem não tem um conhecimento prévio sobre estudos voltados para uma formação de gênero é o preconceito onde o próprio nome já diz que vem de conhecimentos legislados tendo em vista o que a sociedade pouco se sabe sobre determinadas questões. É por isso que existem leis que apoiam e defendem algumas destas questões, como a Lei Maria da Penha - A Lei nº 11.340, que tem como objetivo criar mecanismos para coibir a violência doméstica

e familiar contra a mulher de forma a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, através de medidas protetivas (BRASIL, 2006).

Há também as leis que protegem a união Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais e o termo + que é utilizado para a inclusão de outros grupos (LGBTQIA+)¹, como a Lei nº 10.216/2001. A Lei nº 12.852/2013, mais conhecida como "Estatuto da Juventude" (BRASIL, 2013). Protege os adolescentes e jovens de discriminação pela orientação sexual. Tendo em vista, a promoção de uma diversidade cultural com base nas identificações sociais e padrão em que a sociedade se enquadra.

E as buscas que os movimentos corram atrás são de fatos direitos que por leis já existe, como o direito de expressão, a união do mesmo gênero, entre outros.

Com isso, há necessidade de se trabalhar todos estes contextos em sala de aula desde a educação infantil ao ensino superior para que não ocorra o que ocorre diariamente na atualidade, como a rejeição de gêneros diante de alguns preconceitos estes que podem ser de diversificadas maneiras, como verbalmente e fisicamente.

A palavra prevenção é uma palavra de uso corrente no senso comum da vida cotidiana. Quem nunca ouviu falar do ditado “antes prevenir do que remediar”? Na linguagem informal, prevenir carrega o significado de “impedir ou evitar que algo aconteça”, geralmente ligado a um evento negativo que pode ocorrer futuramente. (CANTARES et al. 2021, p. 50).

Prevenção, pois essa seria uma das palavras chaves para um bom convívio segundo o autor, dando a entender que, muito se evita diante dos pensamentos do senso comum, que é utilizado no dia a dia baseado em crenças, costumes, tradições etc. Entretanto, a desigualdade de gênero deve ser levada em debates em sala de aula, levando conceitos dos estudos de gênero e feminismos, para assim, desnaturalizar e dar justificações não prejudiciais, as quais trazem o preconceito e, para elucidar em teoria e conceituar o acolhimento.

Segundo Cantares et al. (2021, p.57): “A princípio, mesmo com a ampliação do olhar sobre a compreensão das violências, o modelo positivista ainda esteve bastante presente ao tentar quantificar variáveis de ‘causa efeito’ nas análises biologicistas”.

Para o senso comum, as reflexões sociais diante destes contextos, reforçam o não natural como atípico, ou castigo, incluindo muitos aspectos negativos de como

¹ LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais).

lidar com isso, como discriminação trabalhista, estupro e violência. “Desse modo, a violência é um fenômeno específico da natureza humana, pois o ser humano utiliza-se dela para conquistar fins de poder” (CANTARES, et al. 2021, p.60).

Segundo Gaspari (2021, p.19-20):

A especial razão da existência da violência de gênero é a necessidade de os homens demonstrarem seu controle e poder sobre as mulheres e demais grupos minoritários (como homossexuais), no sistema social que conhecemos como “patriarcado”. Esta mentalidade criada de que as mulheres são inferiores, permite que isso seja internalizado como verdade absoluta, justificando as agressões e facilitando a aceitação da vítima quando usada, menosprezada e maltratada por um companheiro. Cria-se assim, um ciclo vicioso: homem que domina e mulher que aceita a dominação, reforçando a possibilidade de violência contra ela. Portanto, as principais causas da violência de gênero são as construções culturais.

Por isso, a necessidade de mais conhecimentos e mais estudos dentro dessa área, já que muitos destes assuntos são novos e por muito se conhece por gerações passadas, que por não entender sobre essas questões gera o preconceito, já que é algo diferente e o diferente as vezes assusta.

2.5 Práticas docentes para se trabalhar questões de gênero na sala de aula

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a criança tem seis direitos de aprendizagem em que possam aprender desempenhando seus papéis ativos nos ambientes em que vivem, tendo que aprender a conviver e construir significados entre si e o mundo social. Entre estes direitos de aprendizagem, destaco alguns fundamentais sobre a relevância de levar o campo dos estudos de gênero e respeito para a prática educativa.

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo (BRASIL, 2018, p. 38).

Portanto, essa organização de igualdade de gênero trabalhada em sala de aula, os professores precisam encorajar suas pautas da existência das diferentes formas de ser menina e menino, tendo em vista, problematizar a remoção da palavra gênero retirada da última versão da BNCC. Questione sobre os estereótipos construídos na mente das crianças, sobre o que se pode ou não usar. Na educação infantil, por exemplo segundo o autor: “É por meio do jogo e da cultura lúdica que a criança se desenvolve, pois eles possibilitam a elas dar vazão aos seus anseios e frustrações, permitindo interação social e conhecimento próprio” (DE MATOS et al., 2021, p. 3).

Por isso, levamos em consideração que falar sobre gênero é falar sobre construção social, relacionada no que as pessoas interagem entre si, e em que a criança irá despertar no seu cotidiano as formas de convívio que tem com os outros, a escola tem que abordar, a família tem que orientar e o social, cabe respeitar.

Contudo, diante dessas reflexões, Dias e Frizzo. (2021, p. 3) cita:

Para além do rosa e azul. Para além das “coisas de menino” e “coisas de menina”. Para além do “as coisas são assim mesmo”. Permeado de construção social, cultural e histórica, o termo gênero agrega em si características ditas pertencentes e diferenciadas entre o que vem a ser feminino e masculino. Nessa perspectiva, há uma imposição do sentido e do significado de feminilidade e masculinidade, com regras e padrões que estabelecem e indicam o comportamento dos indivíduos, assim como, o seu papel na sociedade, visando sempre à manutenção do sistema do capital.

Nesse sentido, somente o processo educativo pode ressignificar estes termos, seja no campo educacional, ou seja, no cotidiano das crianças, por parte dos pais, professores e adultos podem modificar a reprodução social que prejudica grupos sociais em instabilidade baixa.

Sobre a lógica de uma educação espelhada em uma nova sociedade, para isso, a escola precisa abrir espaços, por ignorar estes termos de conflitos sociais. O certo seria os educadores abrindo novos espaços socioculturais sem contradições e sem atritos, onde cada indivíduo trabalhe didaticamente, como questionamentos, roda de conversa e seminários levando a importância da diversidade nela a promoção dessas metodologias, objetivos que promovam o afeto entre o social.

Apresentando contextos e inquietações sobre o porquê ainda existe preconceito a homofobia, a restrição de gênero etc., pois são questões a serem levadas a debate, onde na maioria das vezes, nem quem sofre o preconceito e nem quem pratica o ato, conhece diálogos convincentes sobre estas questões. Cabendo o adulto por uma ressignificação dos fatos cotidianos, dentro da autonomia de falar sobre essas ideias de igualdade.

Segundo Cruz et al. (2009, p.117): “As dificuldades existentes no encaminhamento de propostas coeducativas, ou seja, aulas em que meninos e meninas realizam atividades conjuntamente ressaltam a importância em discutir e vivenciar o respeito às diferenças”.

Com isso, as crianças podem ser livres na maneira de brincar, pensar em seus atos antes de falar ofensas, pode conversar e dar liberdade de expressão ao próximo, terá o senso e cuidado de não magoar, respeitará e saberá seu papel, poderá se proteger e se auto respeitar também. Portanto, a diversificação entre jogos e brincadeira pode ser livre em que, meninos e meninas possam brincar.

2.6 Construção segura na identidade da diversidade de gênero na sociedade

Todos têm direitos seguros por leis, e esta garantia de condições a qualquer diversidade de gênero reconhecida deve ter seus espaços sociais. No ambiente social todos devem se sentir confortável por exprimir seus valores e suas expressões sem medo do que o próximo há de reagir diante dessas questões. Por isso, a busca por uma abordagem significativa sobre a diversidade de gênero é importante para um novo olhar.

Com isso, De Jesus (2012, p.08) reflete sobre essas identificações de gênero;

Mulheres de países nórdicos têm características que, para nossa cultura, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é diferente do que é ser masculino no Japão ou mesmo na Argentina. Há culturas para as quais não é o órgão genital que define o sexo. Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero. Logo, o conceito básico para entendermos homens e mulheres é o de gênero.

Por isso, a partir de tais considerações é possível descrever que os papéis determinados para o gênero não estão ligados somente aos órgãos genitais, pois são apenas órgãos.

Segundo Anjos (2000, p.275):

Entender as relações de gênero como fundadas em categorizações presentes em toda a ordem social, permite compreender não somente a posição das mulheres, em particular, como subordinada, mas também a relação entre sexualidade e poder.

Portanto, não era para ter essa hierarquia, já que todos são iguais perante a lei. Então o impacto dessas conquistas é muito grande no cotidiano dessas pessoas. Porém, na atualidade, a necessidade dessas desconstruções vem com vários objetivos, como mostrar que, independentemente, de ser homem ou mulher todos são capazes de chegar onde quiserem, e o equilíbrio social, assim como o acesso ao poder não pode ser restrito apenas ao homem, entendido aqui como privilegiado.

De fato, falar sobre diversidade de gênero não ratifica ninguém a mudar de sexo, mas sim dar valor a sua identidade pessoal e, ter mais cuidado com suas características biológicas, ou seja, seus órgãos genitais e reconhecer seus valores. “Foram várias as posições teóricas desenvolvidas durante o séc. XX que tentaram esclarecer o processo de formação da identidade de gênero” (CARDONA, 2015, p.23).

Com isso, está libertação da consciência de gênero ser socialmente construída é notável pois implícita em um alívio de pressão antes dado pelas categorias voltadas ao senso comum, liberdade estas que estão ligadas a vestimentas, cortes de cabelo, modo e agir e de falar, de andar e de se expressar. Contudo, uma segurança e orgulho apenas por conseguir entender o que seu corpo solicita diante da identidade que mais se adequa em si e não aos olhos sociais.

E o quão é proveitoso, após o reconhecimento de sua identidade de gênero, mas ainda com muito medo de não está seguro, porque ainda existe muita violência para qualquer tipo de incomodo e ter sua expressão de liberdade muitas vezes ainda incomoda. Por um lado, é satisfatório ter seus direitos e reconhecimentos aceitos por uma boa parte da população, por outro lado, ainda é nítido o tanto que as pessoas ainda precisam aprender sobre essas liberdades de expressões.

Cardona (2015, p.25) diante dessas reflexões:

Os estereótipos constituem conjuntos bem organizados de crenças acerca das características das pessoas que pertencem a um grupo particular. Se bem que a tendência seja para encarar os estereótipos como expedientes negativos de percepção das outras pessoas, dada a facilidade com que, a partir deles, se envereda por juízos discriminatórios, pode ser-lhes atribuído, no entanto, um papel positivo no modo como o indivíduo lida com a multiplicidade de estímulos com que é confrontado no dia-a-dia.

Gonzalez (2017, p.30) contribui a partir da análise que diz:

Quando analisamos quais vozes são incluídas, excluídas, quais os discursos são evidenciados ou negados e suprimidos, vemos como os gêneros operam no sentido de controlar crenças, legitimar discursos ideológicos, reunir adeptos e adeptas por identificação, entre outros.

Como isso reflete a realidade na sociedade atual, onde deveria ser uma rede de apoio onde as vezes são criados estereótipos prejudiciais na realidade tendo em vista mais pontos negativos que positivos, no olhar do outro a quem conseguiu se libertar de um peso que é se não se deixar oprimir pelas ideologias de gênero impostas no senso comum.

3 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho teve como foco, após uma jornada de leitura, mostrar a importância de levar o conhecimento destes estudos em sala de aula, feito através de uma pesquisa bibliográfica durante os meses de janeiro de 2020 à dezembro de 2021, tendo em vista que, ainda há pessoas, que de certa forma, não conhecem leis e direitos que todos os cidadãos têm em sua defesa. Segundo Gil (2017, p. 33): “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado”.

Por isso, foi feita uma pesquisa de campo na Escola Pública A U. I. M. Senador Alexandre Costa localizada no bairro Santo Antonio na cidade de Codó estado do Maranhão na rua Joaquim Nabuco, inaugurada no dia 29 de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, pelo prefeito Benedito da Silveira Figueiredo, dentre mais uma escola, a única que aceitou a participar desta pesquisa foi essa.

A pesquisa foi encaminhada para todo o corpo docente com total de 10 professores, atuantes do Ensino fundamental II, com retorno de 05 professoras com tempo de profissão entre 03 a 25 anos de profissão e na escola 03 a 04 anos, contendo 01 mestre, 01 especialistas e 03 graduados, com idade entre 25 a 50 anos de idade.

Foram as únicas professoras a se interessarem pelo tema, dando retorno pelos resultados adquiridos no site da pesquisa, o Google Forms, onde toda coleta de dados ficou armazenada no próprio site, porém, com respostas privadas.

A pesquisa fora respondida por 05 professoras, nomeadas pelos pseudônimos de pedras preciosas, a saber: Safira, Rubi, Esmeralda, Pérola e Jade, reforçando que todos os professores/as são joias preciosas, a escolha partiu devido ao pensamento de que todo professor é uma joia.

Apenas as professoras citadas aqui na pesquisa aceitaram responder as questões, aos demais não houve retorno ou justificativa. Logo abaixo esses professores receberão pseudônimos de joias. Com o uso de questionários com 10 perguntas cujas abertas e fechadas, para entender o que os professores entendem sobre esta temática que está ficando cada vez mais atual no âmbito escolar, utilizando perguntas subjetivas e objetivas.

Para Lakatos e Marconi (2019, p. 56):

A pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los.

A pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (MELO; OLIVEIRA NETTO, 2018, p. 21).

Para as análises de dados foram utilizados indicativos da pesquisa de campo, nos quais a importância é enfatizar o campo da pesquisa, pois segundo Gil (2017, p. 11): “Já no estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes”. Através desse processo, foi possível interagir com os professores que participaram desta pesquisa e investigado já que a pesquisa foi ligada remotamente via Google Formulário.

Os instrumentos utilizados durante todo o percurso da pesquisa foram: diário de pesquisa e questionário do Google Forms (via online, enviadas por links, no e-mail e WhatsApp). A escolha de entrevistas através das Tecnologias foi feita no início da pesquisa, com isso a chegada da pandemia não mudou o rumo do presente trabalho.

O *Google Form's* foi pensado como uma forma acessível tanto para os sujeitos da pesquisa quanto ao pesquisador, já que de uma certa forma, a ferramenta possibilita facilidades de uso e acesso e pode ser enviada em qualquer rede social, dando assim facilidade aos seus usuários.

Para Mota (2019, p. 373) sobre o *Google Form's*;

São apontadas, então, algumas características do *Google Form's*: possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, pois quando respondido as respostas aparecem imediatamente; facilidade de uso entre outros benefícios. Em síntese, o *Google Form's* pode ser muito útil em diversas atividades acadêmicas, nesse caso em especial para a coleta e análise de dados estatísticos, facilitando o processo de pesquisa.

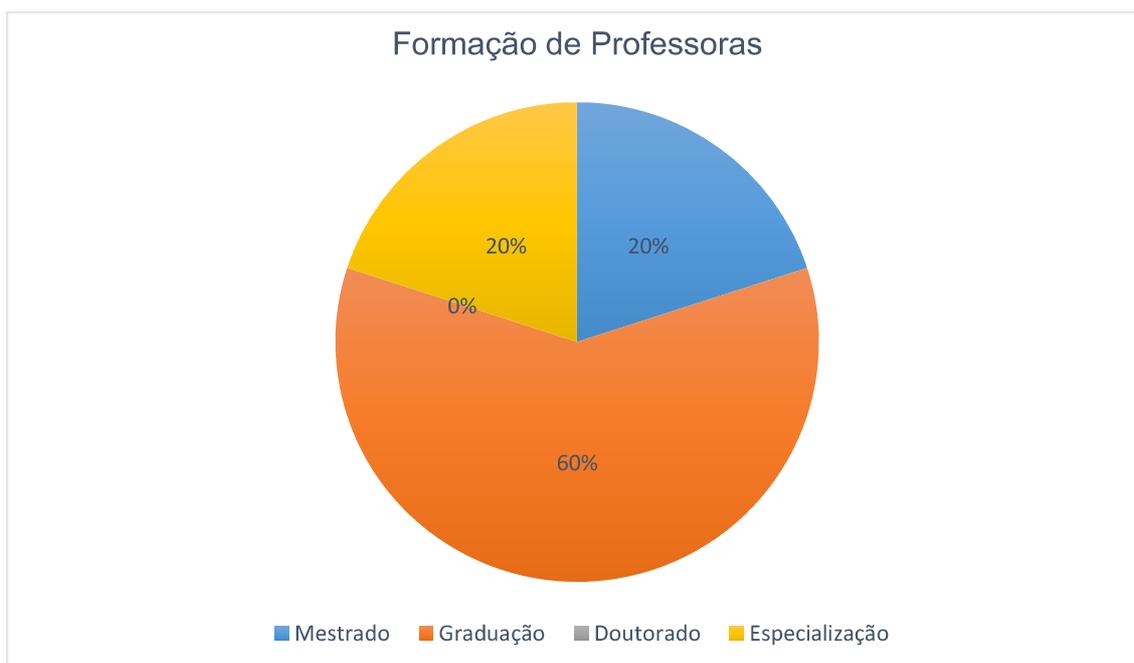
Portanto, a pesquisa de campo foi realizada na Escola A U. I. M. Senador Alexandre Costa, como já relatado anteriormente foi a única escola dentre as várias feitas o convite a aceitar a participação na elaboração de tal. Cujas características podem ser destacadas como uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Sendo assim, a pesquisa qualitativa está associada a um grupo de professoras e teve como objetivo analisar a importância e as contribuições na prática docente sobre o estudo de gênero e a quantitativa associada aos níveis e anos de formação de cada sujeito incluso na pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No capítulo anterior conhecemos o perfil desses professores com base nas análises de dados, sabemos que as professoras que participaram desta pesquisa já trabalham por um período considerado longo na escola.

A partir das análises feitas e observadas no gráfico vejamos que 60% das professoras são graduadas em pedagogia, 20% especialistas na área de pedagogia e 20% mestres na área da educação de acordo com a pergunta 01 em seguida serão discutidas algumas das 10 questões durante o decorrer da leitura a seguir. Segundo Nóvoa (1992, p. 18): “Para a formação de professores, o desafio consiste em conceber a escola como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam atividades distintas”.

Gráfico 01: Formação de Professoras



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A segunda pergunta foi a respeito do que as professoras entendem por gênero, as cinco responderam, onde Safira, Esmeralda, Perola e Jade responderam que “*Está relacionado à condição e opção sexual*”. Diante do pensamento das professoras percebe-se que apresentaram a concepção em relação a diferença entre gênero e sexualidade, com isso Louro (1997, p.06) ressalta que:

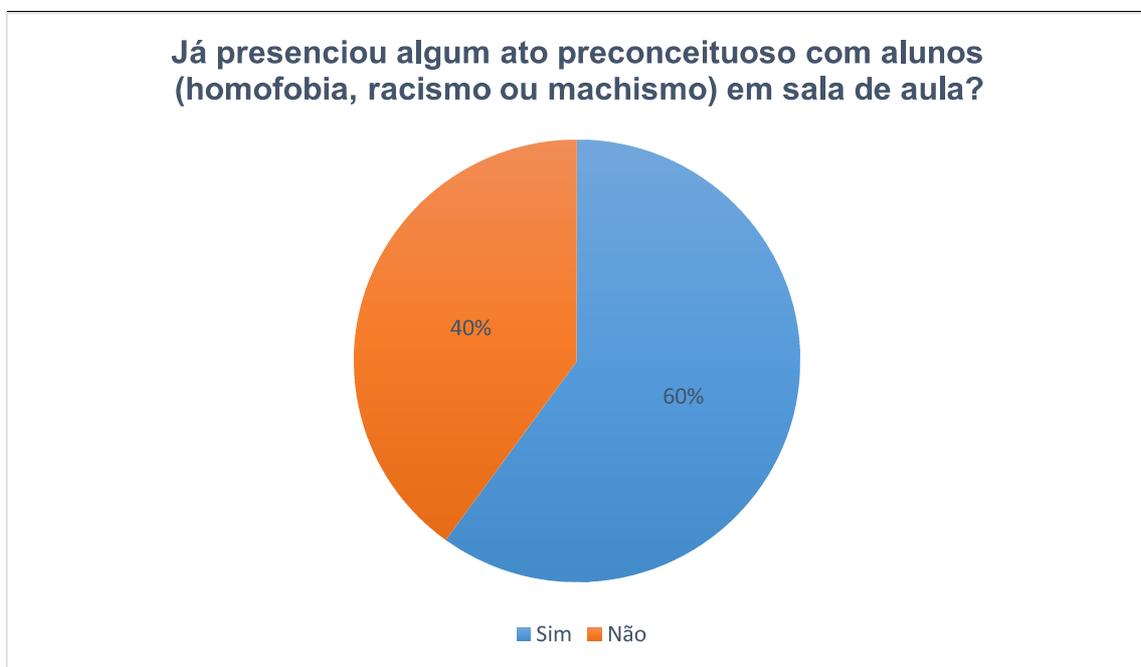
Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p.06).

Ou seja, podemos refletir que, assim como a autora, é preciso conhecer para entender o conceito de gênero.

Rubi disse que: “*Poderia se ter mais específico, mas existem muitos tipos de gêneros: teoria de gênero, também chamada de ideologia de gênero [...] gêneros textuais [...] Específica: espécie, classe, tipo, etc. [...]*”. Segundo Louro (1997, p.07) busca-se, intencionalmente, contextualizar o que se afirmar ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da Mulher ou do Homem.

Seguindo para a próxima pergunta com o seguinte questionamento: Já presenciou algum ato preconceituoso com alunos (homofobia, racismo ou machismo) em sala de aula? as respostas dos professoras foram as seguintes:

Gráfico 02: Presença de atos Preconceituosos em sala de aula.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Como mostra o gráfico cerca de 40% das professoras disseram que não, mas 60% disseram que sim, isso mostra que ainda é muito presente a violência que existe sobre questões de gênero no ambiente escolar. Diante disso:

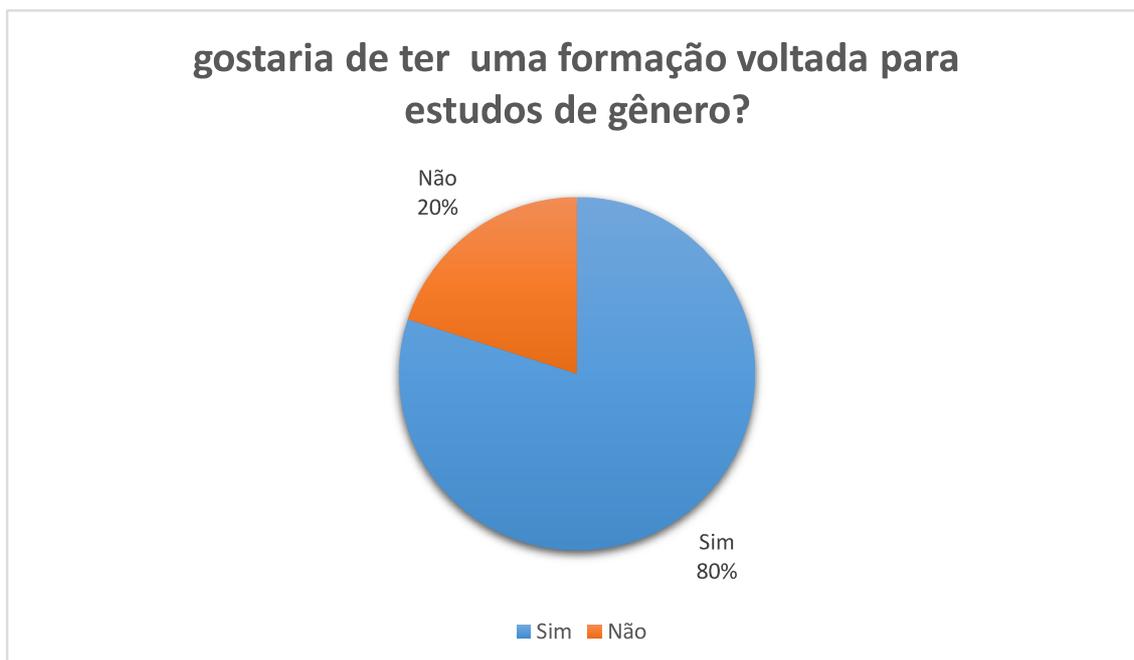
Nas sociedades historicamente machistas, homofóbicas e religiosas, como a brasileira, a diversidade de gênero e de opções sexuais é negada e rejeitada. Nega-se que nasçam em número não-desprezível pessoas com indefinição sexual; que nem sempre ao sexo corresponde o gênero, havendo indivíduos que não sentem e não desejam sua identidade sexual denominada biologicamente; que as pessoas tenham o direito de escolher sua orientação sexual; que há indivíduos que adotam gêneros e orientações sexuais plurais – por exemplo, os transgêneros (transexuais, travestis), os bissexuais e os michês (bissexuais viris) (FALEIROS, 2007, pp.61-62).

Na próxima pergunta, foi questionado sobre a reação dos professores diante dessas ações vistas por eles onde a professora Safira e Pérola responderam a mesma coisa: *“Levantaria uma discussão sobre o acontecido fazendo com que os alunos repensassem seus atos para com o outro”*.

Em ressalva, na próxima pergunta cuja com a seguinte questão: Já ouviu relatos de quem já sofreu algum tipo de discriminação de gênero? Se sim, relate: todas as professoras falaram que não, entretanto, Safira, que relatou o seguinte: *“Já, uma amiga homossexual sofreu discriminação da família que não aceitava sua opção”*. De Jesus (2012, p.7) levanta a questão que: “Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso na sociedade”.

Onde entra a questão do senso comum, que já foi citado que se trata de um pensamento cotidiano baseado em crenças e tradições. Que as vezes é levado em consideração, levantando a pauta de que o biológico passa a ser o único padrão a ser seguido e que por conta dessa segmentação nem a família apoia por não ter conhecimentos e estudos teóricos nenhum nestas áreas.

Uma das respostas que nos permite refletir é a relação de que se já houve alguma formação nessas áreas de gênero para as professoras e todas responderam que não, e na próxima pergunta onde é questionado se gostariam de ter, somente 80% marcaram que sim, que gostaria de ter, dando a entender que 20% não tem interesse nenhum em aprender sobre o assunto, mostrado no gráfico abaixo:

Gráfico 03: Formação contínua na área de gênero.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A falta de conhecimentos nessas áreas é o motivo de alguns alunos passarem por esses conhecimentos despercebidos e se tornarem adultos com visões negativas de si e do próximo, nessa questão sobre a identificação de gênero, diante disso, Rossi *et al.* 2012, fala sobre a importância da abordagem dessas formações e o resultado do desempenho do professor ao aderir estes conhecimentos onde em tese, cita:

O fato é que a escola pode desempenhar um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, uma vez que, como parte de uma sociedade que discrimina, ela produz e reproduz desigualdades das mais diversificadas, de gênero, raça/etnia, constituindo-se em um espaço generificado (ROSSI *et al.*, 2012 p.10).

Por fim, a última pergunta foi: na sua opinião, qual seria a importância de trabalhar questões de gênero em sala de aula? Com isso, algumas respostas positivas surgiram como de Safira e Pérola ressaltando a questão do respeito, “é importante, pois acaba contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva, mantendo o respeito aos demais” e “promover Respeito”. Com isso, Freire *et al.* (2009, p. 31) diz que: “a escola, cumprindo sua responsabilidade de formar cidadãos

e cidadãos, deve oferecer mecanismos que levem ao conhecimento e respeito das culturas, das leis e normas”.

Desde o início um dos principais fatores a ser buscado ao se falar sobre gênero é a questão do respeito e a valorização dessas contribuições teóricas e formativas dentro da sociedade, para que possamos viver em união um respeitando o lugar do outro, sem constrangimentos e preconceitos.

Jade por sua vez, levantou outra questão muito importante dentro de sua resposta a ser discutida, ela diz: *“Muito importante, pois assim diminuiria o índice de violência e poderíamos viver sem medo de ir e voltar, porque quando você defende alguém que se enquadra nesta questão acaba sendo agredido também”*. Dito isso, é importante trazer em tese, o que Freire et al. (2009, p.13) aborda;

Trabalhar simultaneamente a problemática de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais, ou seja, abordar em conjunto a misoginia, a homofobia e o racismo não é apenas uma proposta absolutamente ousada, mas oportuna e necessária.

Tendo em vista a busca por uma diminuição na discriminação de gênero em todas as áreas que cabe suas abordagens portanto, é importante ter uma formação voltada para os estudos de gênero e entender que existe uma necessidade de uma abordagem conjunta nesses aspectos na educação escolarizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em considerações os relatos, resultados e até mesmo o objetivo desta pesquisa, chego à conclusão que assuntos como estes devem ser debatidos mais vezes, devemos falar mais sobre gêneros. Pois a necessidade de debater gênero a sociedade compreende a se relacionarem melhor entre si, entendo sobre desigualdades e direitos, que acima de tudo somos humanos e devemos viver em harmonia, repreendendo a desigualdade e exclusão social, educacional e cultural.

Os aprendizados e conhecimentos construídos a partir do desenvolvimento do presente trabalho é a importância de saber respeitar e entender que, todos são iguais no social, e que discriminação é crime, além refletir sobre que ainda existe nos tempos atuais pessoas que ainda não entendem o significado de Diversidade de Gênero, e por isso, ainda existe muita violência, preconceito e perseguição com pessoas diferentes que não seguem um padrão social determinado pela sociedade.

Os desafios encontrados diante aos resultados do corpo docente é que, para alguns ainda não é tão importante trabalhar estas questões em sala de aula, seja por medo ou por falta de interesse nesses assuntos, pois para 20%, diante da questão se há algum interesse por uma formação nessa área em questão de gênero, optam a não ter uma formação desses assuntos.

E o importante de ter construído essa pesquisa, é a educação a ser discutida em sala de aula trasbordando conhecimentos para a diversidade, onde haja reações positivas à todo corpo docente, que ainda não sabe lidar ou reagir a agressões físicas e verbais na sala de aula realizada por seus alunos, evitando homofobia, agressão etc.

O que muda sobre os assuntos discutidos nesse trabalho, é criar dentro da escola um espaço onde aprender a conviver com as diferenças é fundamental para relações saudáveis para si e para o outro, o professor tende a falar sobre a diversidade como debates aprofundados em disciplinas, deixando espaço aberto onde todas as crianças possa entender os direitos humanos de forma didática desde cedo.

O professor pode trabalhar a autoestima, a auto aceitação a partir da representatividade da diversidade e inclusão, ensinando a criança a respeitar o lugar do outro ou a se aceitar do jeito que é, e que o que importa é uma boa convivência

diante dos demais, transformando a vida das crianças que logo terão novas visões quando adultas em uma perspectiva de aceitar a si e ao outro.

Com isso, as contribuições deste estudo que pode ser levada a escola é, a exploração da diversidade para todos, onde pode ser utilizado metodologias onde não diferencie brincadeiras ao gênero, pois toda criança pode escolher o que brincar e como brincar, pensar antes de falar também ajuda bastante no desenvolvimento do respeito as diferenças desde cedo, esclarecer conceitos de gênero e abrir rodas de conversas na sala de aula, abre espaço para um bom convívio entre as diferenças.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. M. Ensinando gênero na universidade. **Anuário Antropológico**, n. 1, p. 11-22, 2021.

ANJOS, G. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Sociologias**, n. 1, p. 274-305, 2000.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, **2018**

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30042825/do1-2013-08-06-lei-n-12-852-de-5-de-agosto-de-2013-30042815. Acesso em: 11 ago. 2021.

CANTARES, T. S. *et al.* **Prevenção à violência de gênero na escola pública: rompendo silêncios**. 2021. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1454>. Acesso em: 02 abr. 2021.

CARDONA, M. J. *et al.* **Guião de educação: gênero e cidadania no pré-escolar**. Lisboa: SIG, 2015.

CORRÊA, M. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 109-130, 1995.

CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. Construção de identidade de gênero na educação física escolar motriz. **Journal of Physical Education**, n. 1, p. 116-131, 2009.

DE JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos - guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília: EDA/FBN, 2012.

DE MATOS, R. T.; DE OLIVEIRA, M.; VÁSQUEZ, A. G. Jogos, brincadeiras e educação infantil: notas acerca da construção de gênero. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. 136, 2021.

DIAS, T. M.; FRIZZO, G. F. E. A escola tem que discutir; a família que deve orientar: as escolas rio-grandinas e as questões de gênero. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-19, 2021.

FALEIROS, E. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2007.

FÉLIX, J. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. **Espaço do Currículo**, v. 8, n. 2, p. 223-231, 2015.

FERRARI, A. Esses alunos desumanos: a construção das identidades homossexuais na escola. **Revista Educação e Realidade**, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 87-111, 2003. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25664>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FINCO, D. F. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 89-101, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643863>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FREIRE, N.; SANTOS, E.; HADDAD, F. **Construindo uma política de educação em gênero e diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

GASPARI, F. J. **A educação sobre a igualdade como prevenção primária da violência de gênero**. 2021. 163f. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GONTIJO, F.; ERICK, I. Diversidade sexual e de gênero, ruralidade, interioridade e etnicidade no Brasil: ausências, silenciamentos e... exortações. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 2, n. 4, p. 24-40, 2015.

GONZALEZ, C. G. **Identidade de gênero no espaço escolar: possibilidades discursivas para superação da heteronormatividade**. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília.

HENRIQUES, R. *et al.* **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6845011-Genero-e-diversidade-sexual-na-escola-reconhecer-diferencas-e-superar-preconceitos.html>. Acesso em: 26 jul. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MACHADO, L. Z. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu**, v. 1, p. 13-46, 2014.

MARCONDES, M. M.; FARAH, M. F. S. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, 2021.

MELO, C.; OLIVEIRA NETTO, A. A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Saraiva, 2018.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. São Paulo: Atlas, 1992.

PAIVA, E. H. S. *et al.* Residência pedagógica: percepção das preceptoras acerca da educação em sexualidade e gênero. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 1, p. 76-96, 2021.

PORTO, P. C. P.; GRAZIOLI, F. T. Não na frente das crianças: a diversidade de gênero na literatura infantil. **Revista Professare**, Caçador, v. 6, n. 3, p. 29-48, 2017.

RASERA, E. F. Construções de sentido sobre a diversidade sexual: outro olhar para a educação infantil. **Psicol. Cienc. Prof.**, São Paulo, v. 39, n. 25, p.1-15, abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932019000100102&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 abr. 2021.

ROSSI, C. R. *et al.* Gênero e Diversidade na escola: reflexões acerca da formação continuada sobre assuntos da diversidade sexual. **Revista Contexto & Educação**, v. 27, n. 88, p. 6-34, 2012.

SACCHI, A. C. **Antropologia de gênero e Etnologia Kaingang**: uma introdução ao estudo de gênero na Área Indígena Mangueirinha/PR. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SOUZA, R. R. *et al.* Para menino ou menina? representações culturais de gênero nas embalagens de brinquedos. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 30, n. 2, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIOS

Este formulário tem como objetivo analisar a importância e as contribuições na prática docente sobre o estudo de gênero.

1. Qual a sua formação?

- () Graduação qual: _____
() Especialista qual: _____
() Mestre qual: _____
() Doutor qual: _____

2. Quantos anos de profissão e de trabalho na escola?

3. Em quais séries do ensino fundamental II você trabalha na escola?

3. O que você entende por Diversidade de gênero?

4. Já presenciou algum ato preconceituoso com alunos (homofobia, racismo ou machismo) em sala de aula?

- () Sim
() Não

5. Se sim, como lidou com isso? Se não, como lidaria se acontecesse?

6. Já sofreu alguma discriminação de gênero como discente em sala de aula?

- () Sim
() Não

7. Já ouviu relatos de quem já sofreu algum tipo de discriminação de gênero? Se sim, relate:

8. Já teve alguma formação na área de gênero?

() Sim

() Não

9. Gostaria de ter?

() Sim

() Não

10. Na sua opinião, qual seria a importância de trabalhar questões de gênero em sala de aula?
